

**Políticas Públicas de Trabalho e
Renda na América Latina e no Caribe**

**Harmonização de políticas
públicas de trabalho no Mercosul:
a perspectiva dos governos,
trabalhadores e empresários**

Tomo II

2003



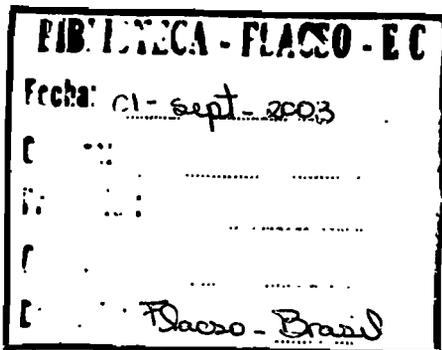
**Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
Sede Acadêmica Brasil**

SCN • Quadra 06 • Bloco A, salas 607/609/610 • Ed. Venâncio 3000
CEP: 70165-970 Brasília-DF • Brasil
Telefax: 55 (61) 328-6341 / 328-1369
E-mail: flabras@zaz.com.br
www.flacso.org.br

**Programa: Co-Edições
Convênio: ABC/MTE/SPPE – FLACSO/Brasil (2002)**

**Coleção:
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO, E
GERAÇÃO DE RENDA**

**Edição:
Abaré Editorial**
SCS, Quadra 6 – Bloco A – Edifício Presidente – salas 305/307/309
tel. (61) 321-3363 – fax. (61) 223-5702
e-mail: diretoria@editorialabaré.com.br



Sumário

Tomo I – Processos de integração supranacional e articulação de políticas públicas

Apresentação da Coleção

Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda <i>Ayrton Fausto</i>	9
--	---

Introdução

Os processos de integração supranacional e a harmonização das políticas públicas de trabalho e renda <i>Ayrton Fausto, Marcela Pronko e Silvia Yannoulas</i>	27
---	----

Palavras dos representantes das instituições organizadoras

<i>Osmar Chobfi</i>	49
<i>Guillermo Campero</i>	52
<i>Nassim Mebedff</i> (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador)	54
<i>Pedro Daniel Weinberg</i>	66

Parte I: Processos de integração supranacional e articulação de políticas públicas

Articulação de políticas públicas sociais e políticas econômicas nos processos de integração supranacional <i>Renato Baumann</i>	72
---	----

Potencialidades e limites dos processos de integração supranacional desde uma perspectiva política, com ênfase no Mercosul <i>Guy de Almeida</i>	93
---	----

Integração supranacional, mulheres e mercado de trabalho <i>Silvia Cristina Yannoulas</i>	123
--	-----

Globalização, mercados de trabalho urbanos e rurais e políticas públicas <i>Juarez Rubens Brandão Lopes</i>	164
--	-----

Impacto del mercado laboral en la pobreza. El caso de Chile
Arturo León B. e Ernesto Espíndola A. 186

Alternativas possíveis para a articulação de políticas públicas, com ênfase nas políticas públicas de trabalho e renda de assistência social no Brasil
Carmen Guimarães Mebedff. 216

Parte II: Formação profissional e integração regional

Formación profesional, productividad y trabajo decente
Fernando Casanova 232

Educação Profissional na América Latina: Brasil, Argentina e Chile.
Luiz Antônio Cunha 261

Parte III: A harmonização das políticas públicas de trabalho nas experiências de integração supranacional em curso: UE, TLCAN(Nafta) e Mercosul

Potencialidades y límites de los procesos de integración regional y de la armonización de políticas sociales – MERCOSUR
Maria Carmen Ferreira Harreguy 338

Coordinación de las políticas públicas de trabajo en la Unión Europea
Javier Ferrer Dufol 404

La experiencia del ACLAN: posiciones de los sindicatos
Graciela Bensusán 432

La dimensión laboral en los procesos de integración económica – Unión Europea, MERCOSUR y Tratado de Libre Comercio de América del Norte
Norma Samaniego 470

Parte IV: Estudos comparados e integração supranacional

La dimensión laboral en los procesos de integración: TLCAN-MERCOSUR
Graciela Bensusán e Landy Sanchez 512

A comparação como ferramenta de conhecimento e os processos de integração supranacional: desafio para as Ciências Sociais
Marcela Pronko 571

Tomo II – Harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul: a perspectiva dos governos, trabalhadores e empresários

Apresentação da Coleção

Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
Ayrton Fausto **9**

Introdução

Os processos de integração supranacional e a harmonização das políticas públicas de trabalho e renda
Ayrton Fausto, Marcela Pronko e Sílvia Yamoulas **27**

Parte V: A harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul: a perspectiva dos governos, trabalhadores e empresários

Governos

Los procesos de integración: aspectos políticos y laborales
Guillermo Campero – Asesor Especial del Presidente de la República de Chile **50**

A harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul segundo a perspectiva do governo brasileiro
Eduardo Pires Saboia – MRE-Brasil **71**

Comentários e Debate
Pedro Galin – MTESS-Argentina **79**

Trabalhadores

La armonización de las políticas públicas laborales en el MERCOSUR según la perspectiva de los trabajadores: una aproximación al tema
Julio Godio – Instituto del Mundo del Trabajo-Argentina **95**

Comentários

Álvaro Padrón – CCSCS – Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur; Carmen Lúcia Evangelho Lopes – Força Sindical – Brasil; Eduardo Pereyra – PIT-CNT – Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores – Uruguay; Luiz Antônio Souza da Silva – CUT – Central Única dos Trabalhadores – Brasil; Oscar Nieva – CGT – Confederación General del Trabajo – Argentina; Pedro Parra Goñia – CNT – Confederación Nacional del Trabajo – Paraguai; Valdir Vicente de Barros – CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores – Brasil **179**

Empresários

A harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul
segundo a perspectiva dos empresários (transcrição)

Simone Saisse Lopes – CNI-Brasil **206**

Comentários e Debate

Enrique Mantilla – UIA – Unión Industrial Argentina – Argentina;

José Sanchez Herrero – Feprinco – Federación de la Producción, la
Industria y el Comercio – Paraguai; *Miguel Oliveros* – CIU – Cámara

de Indústrias de Uruguay – Uruguai **224**

Anexos:

Anexo 1: Declaração Sociolaboral do Mercosul **238**

Anexo 2: Regulamento Interno da Comissão
Sociolaboral do Mercosul **247**

Anexo 3: Protocolo de Ushuaia **255**

Anexo 4: Agenda do evento **258**

Anexo 5: Lista de participantes **263**

Anexo 6: Abreviaturas e Siglas **268**

Introdução

Os processos de integração supranacional e a harmonização das políticas públicas de trabalho e renda

Ayrton Fausto

Marcela Pronko

Silvia Yannoulas

O crescente avanço dos processos de integração supranacional na América Latina e no Caribe tem colocado os esforços de harmonização de políticas públicas na agenda tanto de políticos e gestores quanto de pesquisadores e acadêmicos.

Entretanto, tanto no plano dos acordos concretos, quanto nas discussões e na reflexão sistematizada, observa-se um claro predomínio dos aspectos econômicos e comerciais sobre os aspectos sociais, políticos e culturais, o que reduz o escopo e a profundidade dos processos de integração.

Da mesma forma, no caso das políticas públicas de trabalho e renda (PPTRs) existe um desenvolvimento desigual no que se refere às diferentes dimensões que a compõem, privilegiando-se algumas áreas (como a qualificação profissional, especialmente o reconhecimento de competências) em detrimento de outras (como o crédito, a intermediação, o seguro-desemprego, a produção de informações sobre o mercado de trabalho).

Diante deste quadro, a FLACSO/Brasil em parceria com os Ministérios do Trabalho e Emprego e de Relações Exteriores do Brasil, Cinterfor-OIT, e CNI-Senai, realizou, em setembro de 2002 na cidade de Brasília, o seminário internacional sobre “Políticas Públicas de Trabalho e Renda na América Latina e no Caribe”.

Esse seminário se propôs contribuir à ampliação do escopo do esforço de harmonização, comparando diferentes processos de integração, realizando – especialmente no caso do Mercosul – um balanço do avanço no(s) subgrupo(s) e fórum(uns) pertinente(s), e explorando as possibilidades de ir além das políticas de formação profissional, passando a considerar o conjunto da PPTR (políticas de crédito popular, seguro-desemprego, intermediação, produção de informações sobre estrutura e dinâmicas dos mercados de trabalho, e outras dimensões).

O Seminário visava ainda, mediante a incorporação de estudantes de pós-graduação a suas atividades, ampliar a massa crítica de especialistas dedicados ao tema.

Sobre a importância e a necessidade do objetivo de contribuir à ampliação do escopo dos processos de integração em curso enfatizando os aspectos sociais, políticos e culturais cabe uma consideração fundamental. Não se trata de uma questão de princípio, puramente ideológica. Trata-se de um assunto de estratégia e de tática.

Os processos de integração só podem aprofundar-se, consolidar-se, quando se tornam um projeto das sociedades envolvidas, um objetivo comum de uma aliança hegemônica integrada pela maioria das populações afetadas. Para que isto ocorra é preciso que os diferentes atores sociais fundamentais participem e contribuam ao processo de integração, nele percebendo a presença de seus interesses e aspirações, assim como o fortalecimento de suas identidades e dos seus direitos, duramente conquistados em suas sociedades nacionais.

Assim como a idéia-força de uma “Europa dos povos europeus” viabilizou o avanço da União Européia, o Mercosul só realizará suas enormes potencialidades quando for um objetivo prioritário dos povos envolvidos. O mesmo vale para os demais processos de integração subregional em curso.

Na mesma linha, acreditamos que nunca será ocioso repetir, contra percepções de senso comum persistentes, que o motor – o vetor – que desencadeia e mantém os processos de integração supranacional,

é cultural e político, estendendo-se então, inclusive superando resistências às vezes formidáveis de atores afetados, às dimensões comercial e econômica – produtiva e financeira. Foi assim no caso da União Européia. E o mesmo ocorre no caso do Mercosul.

Neste ponto, também acreditamos que nunca será ocioso repetir, igualmente contra percepções de senso comum persistentes, que o processo denominado como globalização, ou mundialização, implica oportunidades e riscos: culturais, políticos, sociais, além de comerciais e econômicos.

Seu impacto sobre as diferentes sociedades depende também em importante medida das decisões dos atores nacionais. De novo não se trata de uma questão de princípio, puramente ideológica. Trata-se de um assunto de estratégia e de tática. Não há aqui determinismo absoluto. O desenlace, positivo ou negativo, também depende de nós.

Existem graus de liberdade, que podem aumentar com o aprofundamento do conhecimento científico sobre os processos em curso e sua disseminação e incorporação pelos atores sociais fundamentais. Ou seja, através de transformações culturais e educacionais, que implicam a formulação, ou atualização, e a articulação de projetos nacionais, subregionais, regionais e internacionais. Num contexto marcado pelo conflito mas também pela cooperação, em que a negociação é uma palavra chave, é portanto decisivo, o nível de informação, conhecimento e habilidade dos negociadores.

Cabe sublinhar o papel e a responsabilidade dos meios de comunicação, de seus proprietários e profissionais, nestes processos, enfatizando a importância das iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da formação e informação desses atores.

Aos processos de harmonização internacional de macro-políticas, aplicam-se todas as considerações anteriores. Também é uma questão aberta, dependente dos atores envolvidos, se em casos específicos prevalecerão os parâmetros mais elevados de proteção social, ou os inferiores. A regra é a existência de interesses em conflito, de um leque de alternativas de alianças, que requerem avaliação, negociação e ação. Ou seja, implicam a realidade cotidiana do exercício da Democracia.

A construção das novas formas de democracia participativa enfrenta as mesmas oportunidades e riscos, visíveis na criação e funcionamento de conselhos, tripartites e paritários, no caso da PPTR no Brasil, e no lento avanço através de conflitos e negociações na direção da descoberta de interesses comuns.

Os estudos comparados

Cabe salientar uma das características especiais deste evento, que foi a de estimular os estudos comparados sobre as Políticas Públicas de Trabalho e Renda (PPTRs), visando a integração supranacional.

Se entendermos a harmonização de políticas públicas ou de macropolíticas nacionais, entre elas a PPTR, como o esforço por identificar e comparar as políticas setoriais de diferentes países envolvidos em processos de integração supranacional, com o objetivo de torná-las funcionais aos acordos econômicos e políticos assumidos pelas partes, vemos quanto à comparação é importante.

Ela nos abre a porta para o reconhecimento da diversidade (nacional/regional/local/institucional), e para a apreensão das diferenças. Diversidade e diferenças que constituem pontos de partida não para a standardização das soluções, mas para a desmistificação dos caminhos únicos.

Harmonizar não significa uniformizar, mas articular, conciliar, construir consensos e acordos que, homologados internamente pelos países, possam melhorar sua competitividade e especialmente, a qualidade de vida de suas populações: particularmente dos trabalhadores e setores hoje excluídos dos frutos do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o que se nos coloca como desafio é pensar a harmonização das políticas públicas, partindo do respeito à diversidade local/regional/nacional, e visando manter e generalizar os níveis mais altos já atingidos na prestação do serviço/benefício proposto, permitindo aos que tem, continuar tendo, e aos que não tem, alcançar cada dia um patamar maior no provimento do mesmo.

No caso específico, a questão em discussão é a de como integrar/articular os países da América Latina aos benefícios de uma política pública de trabalho e renda que, partindo das necessidades e características próprias de cada contexto (nacional/regional/local), possa progressivamente contribuir a um atendimento integrado e de qualidade das necessidades do trabalhador, das empresas e dos governos.

A PPTR no Brasil

O caso brasileiro revela-se de especial interesse para iniciar o tipo de reflexão proposta, não só pela dimensão do país, envolvendo uma considerável massa de trabalhadores e trabalhadoras, mas também pelo seu caráter inovador no que diz respeito às formas descentralizadas,

participativas e dialógicas para a formulação e gestão de políticas públicas. Neste sentido, a análise e a difusão da experiência brasileira na matéria é de interesse local e também internacional.

Além do exposto, o caso brasileiro revela-se relevante pelos seus avanços recentes no campo das lutas antidiscriminatórias, especialmente pelo aumento do grau de institucionalidade de dois movimentos sociais em particular: o de mulheres (já na década de 80 do século XX) e o dos negros (na década de 90 do mesmo século).

O princípio da democratização tem permeado a organização do Estado brasileiro e se apresenta a partir do art. 1º da Constituição Federal (1988) que define a República Federativa do Brasil como “Estado democrático de Direito”. Diferentes artigos da Constituição Federal definem como diretrizes a descentralização político-administrativa e a participação popular. Dessa forma, o Estado amplia sua interlocução com a sociedade por meio de suas diferentes formas de organização, instituindo assim um novo modelo de gestão, no qual os agentes e beneficiários das políticas públicas exercem o controle social das mesmas.

O Estado assume sua insuficiência para responder solitariamente às demandas sociais, ainda que reconhecendo-se como imprescindível e insubstituível no que diz respeito à responsabilidade do financiamento e à condução das políticas públicas. Nesse novo contexto, a sociedade civil organizada participa da formulação e avaliação das políticas públicas, com propostas revestidas de caráter transformador diante dos novos paradigmas de proteção social. Na formulação, para garantir que o desenho das políticas responda efetivamente às necessidades e especificidades dos diferentes grupos sociais; e na avaliação, para fiscalizar a ação do Estado.

Com fundamento na Constituição de 1988, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foi criado em 1990 (Lei 7.998). É formado por contribuições sociais do setor público e do setor privado, incidentes sobre o faturamento das empresas, e gerenciado, no nível federal, pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codefat).

Os últimos dez anos da formulação e gestão da PPTR no Brasil têm se caracterizado pela busca da articulação dos mecanismos financiados pelo FAT, assim como pelo crescente envolvimento da sociedade civil, principalmente por meio da deliberação em colegiados tripartites e paritários, com representantes do governo, do empresariado, e dos trabalhadores: Codefat, no nível federal; Conselhos Estaduais de

Trabalho – CETs – no nível estadual; e Conselhos Municipais de Trabalho – CMTs – no nível municipal.

Assim, a construção da PPTR no Brasil assenta-se sobre os princípios de democratização, participação, descentralização, controle social sobre os recursos financeiros e, fundamentalmente, sobre a integração de atores e instituições e a articulação de mecanismos e ações.

Uma primeira análise do funcionamento destes princípios pareceria indicar a existência de entraves no funcionamento do sistema tripartite e paritário para a formulação, gestão e avaliação da PPTR:

- No que diz respeito à Colegialidade: tensão entre o poder integrado do sistema tripartite e paritário para a formulação, gestão e avaliação da PPTR, e o poder republicano (divisão ou repartição de poderes), como por exemplo no tratamento do montante e da distribuição de recursos para qualificação profissional.
- No que diz respeito ao Consenso Operante: acesso desigual às informações, que determina desiguais condições de participação na deliberação e na tomada de decisões.
- No que diz respeito ao conceito de *coisa pública*: compreensão restrita da esfera pública, que é diferente, e mais ampla do que a esfera estatal.
- No que diz respeito à participação social na definição e gestão das políticas públicas: problemas de representação (formal) e representatividade (real) das instituições e dos conselheiros; e também pouca visibilidade do potencial político dos espaços para a gestão e participação colegiada (o tripartismo paritário ainda não é assumido plenamente enquanto força centrípeta, de modo a reunir e potenciar ações e habilidades dispersas).
- No que diz respeito à avaliação de políticas públicas: dificuldades de entendimento entre os atores envolvidos (conselheiros, técnicos, avaliadores) sobre a função, lógica operacional (econômica, acadêmica, social, política, entre outras possíveis) e escopo da avaliação.

A qualificação de atores estratégicos

Outro entrave que merece destaque é a carência de qualificação dos atores estratégicos para implementar a nova proposta, principalmente no que diz respeito aos aspectos inovadores de uma gestão colegiada, tripartite e paritária da PPTR.

Do ponto de vista quantitativo, multiplica-se de maneira acelerada o número de pessoas envolvido na formulação, gestão e avaliação da PPTR. Considerando somente a dimensão qualificação profissional, calcula-se que o número de técnicos que integram as equipes de qualificação das STbs passou de 350 em 1995 a 1.500 aproximadamente em 1997; e os pesquisadores de universidades e institutos públicos envolvidos em projetos de avaliação externa e outros projetos especiais dos PEQs/Parcerias são aproximadamente 900¹. Por outro lado, estimam-se em mais de 800 os integrantes das CETs, calculando-se 15 titulares e 15 suplentes em média para cada uma. Se considerarmos que já existem mais de 2.000 CMTs com uma média de 20 integrantes (titulares e suplentes) em cada uma, o conjunto de pessoas que gerenciam a qualificação profissional já supera as 45.000, e tende a crescer, estimando-se neste momento um conjunto potencial de atores estratégicos de mais de 90.000 pessoas envolvidas no conjunto da PPTR.

Do ponto de vista qualitativo, a qualificação/requalificação de excelência para formadores das diversas dimensões da PPTR torna-se necessária devido a que estes atores estratégicos enfrentam atualmente um universo de tarefas, múltiplas e diversificadas, até pouco tempo atrás inexistente². Estas tarefas são decorrência:

- do avanço da gradativa integração da PPTR e desta com outras políticas públicas, traduzido na nova estrutura regimental do MTE;
- da ruptura com paradigmas vigentes nas diferentes áreas que compõem a PPTR;
- da necessidade de imaginar, desenvolver, gerenciar e avaliar novas informações e novos conteúdos;
- do surgimento de novas clientelas, aumentando a heterogeneidade das populações alvo;
- do incremento quantitativo das pessoas atendidas pela PPTR, e a necessidade de conceber, desenvolver, gerir e avaliar novas estratégias para garantir um atendimento que não implique concessões em matéria de qualidade em função do cumprimento de metas quantitativas;

1 Ver MTE, Planfor – Avaliação gerencial 1995-1998: balanço de um projeto para o desenvolvimento sustentado, Brasília, Junho de 1999.

2 Entende-se por "formadores" o amplo universo de profissionais atuantes no planejamento, gestão, supervisão e acompanhamento, avaliação (gerencial e externa), análise e aprovação de programas e projetos, e execução direta de ações de EP, integrantes da Rede de Educação Profissional, e envolvidos ou não atualmente na execução do Planfor.

- da necessidade resultante de redefinição conceitual, metodológica e operacional, de novos critérios de qualidade para um sistema maior, mais heterogêneo e mais dinâmico de geração de trabalho, emprego e renda; e
- finalmente, do desafio que significa planejar, gerenciar e avaliar políticas públicas num contexto globalizado e integrado supranacionalmente.

Assim, o aperfeiçoamento conceitual e metodológico das equipes das STbs, dos membros dos CETs e CMTs, e das equipes responsáveis pela avaliação externa dos PEQs torna-se crucial para assegurar a médio e longo prazo um avanço crítico e reflexivo da PPTR integrada e contextualizada em processos de integração supranacional e globalização planetária.

A experiência recente da FLACSO/Brasil

Neste sentido, desde 1981, a FLACSO/Brasil tem desenvolvido uma experiência continuada de cooperação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A parceria nacional MTE – FLACSO consolidou-se com o Acordo de Cooperação entre o governo brasileiro e a FLACSO/Brasil, celebrado em 1998, ampliado em 1999-2000, e renovado em 2002, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, para a implementação da formação de formadores no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor).

Entre 1998 e 2000 foram realizadas as seguintes ações:

- formação de equipes técnicas a cargo das ações de qualificação profissional nas 27 Secretarias Estaduais de Trabalho – STbs – (1.000 técnicos e técnicas), no processo de discussão das diretrizes do Planfor 1999-2002, bem como na organização do processo de planejamento dos Planos Estaduais de Qualificação – PEQs;
- qualificação de membros das 27 Comissões Estaduais de Trabalho – CETs – (600 conselheiros e conselheiras), para atuarem na gestão e supervisão descentralizadas da PPTR;
- apoio ao MTE/SPPE, sob a forma de: assistência técnica à reestruturação e consolidação do Núcleo de Informação e Documentação (NID); participação no I Congresso Brasileiro de

Educação Profissional; elaboração da minuta de Guia de Planejamento e Execução dos PEQs 1999/2002; e participação em Oficinas Regionais.

- **Formação de Formadores das 27 Unidades da Federação:** continuidade e formação conjunta dos atores (qualificação de técnicos das STBs, Conselheiros dos CETs e CMTs, membros das equipes de avaliação externa);
- **Seminários Acadêmicos em PPTR do SIP:** qualificação avançada de gestores, avaliadores, conselheiros, pesquisadores, formadores.

Na atualidade, a renovada parceria nacional MTE/FLACSO inclui os seguintes componentes:

- **produção de material didático e metodologia para qualificação de atores estratégicos de nível municipal (conselheiros e técnicos municipais de trabalho);**
- **formação de multiplicadores de diferentes Unidades da Federação, que aplicarão a metodologia e utilizarão o material didático produzido;**
- **seminários internacionais sobre políticas públicas de trabalho e renda comparadas, com ênfase nos processos de integração supranacional no âmbito do Mercosul; e**
- **seminários acadêmicos em PPTR do SIP: continuidade da qualificação avançada de gestores, avaliadores, conselheiros, pesquisadores, formadores.**

Esse trabalho vem sendo desenvolvido no quadro de tarefas mais amplas impostas à FLACSO pelo seu mandato institucional.

O mandato institucional da FLACSO

A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) é um organismo internacional, intergovernamental, autônomo, fundado em 1957, pelos Estados latino-americanos, a partir de uma proposta da Unesco.

A FLACSO tem o mandato institucional de:

- **desenvolver a docência de pós-graduação, a pesquisa e a cooperação científica e assistência técnica, no campo das Ciências Sociais e suas aplicações;**
- **para apoiar o desenvolvimento e a integração dos países da América Latina e Caribe.**

São seus membros, atualmente, 14 Estados latino-americanos: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Honduras, Panamá, República Dominicana, Suriname. Conta com 10 unidades acadêmicas localizadas em diferentes países da Região, sendo uma delas a Sede Acadêmica FLACSO/Brasil.

A unidade da FLACSO no Brasil foi criada em 1981, como projeto, tornando-se programa em 1986, e finalmente Sede Acadêmica em 1989, com base num Convênio de Sede firmado pelo Governo Brasileiro e ratificado pelo Congresso Nacional. A Sede Brasil da FLACSO dá continuidade às atividades de cooperação da Instituição no País, iniciadas em 1957 com o Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais.

Tem o propósito de contribuir à construção de uma comunidade latino-americana de nações (tarefa que obteve consagração constitucional no Brasil como objetivo nacional permanente).

São seus objetivos gerais:

- Contribuir à ampliação dos canais de contato, intercâmbio, apoio mútuo e ações conjuntas, no campo das Ciências Sociais e suas aplicações, nas áreas de formação de pós-graduação, pesquisa, cooperação científica e assistência técnica e publicações, entre instituições governamentais e não-governamentais, da República Federativa do Brasil e dos demais países da América Latina e Caribe.
- Estimular e promover desta forma, a cooperação horizontal entre os países da região, no campo das Ciências Sociais e suas aplicações, contribuindo para o desenvolvimento e integração dos países Latino-americanos, em cumprimento ao mandato do Acordo Constitutivo da Instituição.
- Contribuir, por meio das medidas acima mencionadas, à superação da carência histórica de canais adequados de contato, intercâmbio e cooperação mútua entre o Brasil e os demais países da Região, especialmente no campo das Ciências Sociais e suas aplicações, carência que constitui um obstáculo à integração regional.

No contexto da comemoração dos seus primeiros 20 anos no Brasil, e do início em setembro de 2001 de uma nova gestão, a FLACSO/Brasil realizou no seu Conselho Consultivo e em consultas com seus principais parceiros uma avaliação do trabalho realizado e a definição da estratégia adequada para aperfeiçoar sua atuação nos próximos anos.

A atuação de Vilmar Faria foi decisiva neste processo de consultas aos parceiros, promovendo o olhar crítico e visualizando novos rumos para a pesquisa latino-americana.

Houve consenso em que enfrentamos hoje uma realidade muito diferente daquela existente no momento da implantação da Instituição no país, caracterizada pelo desenvolvimento de numerosos programas de doutorado em ciências sociais de excelente qualidade, pela persistência de debilidades na pesquisa comparativa e na formação de especialistas na problemática latino-americana, e pela necessidade urgente de aumentar a cooperação da academia com o setor público e com a sociedade civil.

Na atualidade é fundamental assegurar e ampliar o intercâmbio de cientistas sociais e estudantes entre os países da nossa Região. Por um lado, as facilidades derivadas do desenvolvimento dos meios de comunicação eletrônicos e dos meios de transporte possibilitam o crescimento do intercâmbio. A qualidade e quantidade do intercâmbio, existente e potencial, teria sido impensável há poucas décadas. Surgem assim formas de “espaços virtuais” e “espaços reduzidos”, nos quais o desenvolvimento da pesquisa de alto nível e da docência de pós-graduação procura ancorar-se. No entanto, o intercâmbio na área das ciências sócias tem acontecido de maneira aleatória, desorganizada, e predominantemente individual, segundo capacidades diversas de contato pessoal e institucional dos cientistas sociais e alunos da Região, observando-se inclusive uma redução no desenvolvimento dos estudos comparados entre os países da Região, indispensáveis para subsidiar os processos de integração supranacional em curso.

Por sua vez, o mundo globalizado exige de nossa Região o desenvolvimento de um conhecimento científico de largo alcance, que inclua a comparação e a integração supranacional como eixos prioritários. A comparação é entendida, ao mesmo tempo, como enfoque e substância. Justifica-se plenamente pelo fator “globalização”, que implica na necessidade irrefutável de abordar, compreender e prever o desenvolvimento, nos âmbitos regional, continental e mundial. É também muito relevante e pertinente, no campo das políticas públicas relativas a processos que são ou serão fortemente “globalizados”, como por exemplo, os mercados de trabalho e a distribuição internacional do emprego. Acrescenta-se, ainda, como valor agregado, o aporte heurístico da comparação, na medida em que possibilita uma análise mais atenta, mais perceptiva, da própria realidade.

A integração é entendida, ao mesmo tempo, como objeto e objetivo. Mais do que nunca é preciso conhecer a natureza e características dos processos em curso, pois o dilema integração ou marginalização abandonou o campo da retórica.

Constitui um objeto primordial de reflexão a harmonização de políticas públicas ou de macropolíticas nacionais, como esforço para identificar e comparar as políticas setoriais de diferentes países envolvidos em processos de integração supranacional, com o objetivo de aperfeiçoar sua eficiência, eficácia e efetividade social, assim como sua compatibilidade com os acordos econômicos e políticos assumidos pelas partes. Harmonizar num sentido complexo, sem uniformizar, buscando articular, negociar, construir consensos que, homologados internamente pelos países, possam melhorar sua competitividade e especialmente, a qualidade de vida de suas populações, sem renunciar às diferenças.

Diante deste quadro a tarefa estratégica da FLACSO/Brasil, derivada de seu caráter ao mesmo tempo intergovernamental e acadêmico, deve ser cooperar com o governo e com o sistema nacional de pós-graduação em Ciências Sociais numa melhor articulação e desenvolvimento da dimensão comparativa e regional da pesquisa e da formação.

O Siel – Sistema de Intercâmbio de Especialistas Latino-Americanos

Assim, a FLACSO/Brasil adotou como prioridade a execução de um programa de intercâmbio científico do Brasil com outros países da América Latina e o Caribe (Siel – Sistema de Intercambio de Especialistas Latino-Americanos), promovendo e articulando a circulação de docentes-pesquisadores de alto nível, brasileiros, latino-americanos e caribenhos, visando fortalecer a pesquisa comparada de temas estratégicos, e a docência de alto nível sobre a problemática latino-americana no sistema nacional de pós-graduação em ciências sociais. Esta dimensão docente do Siel foi denominada, após o falecimento de seu inspirador fundamental, “Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos”.

Nesse sentido, uma outra característica especial deste seminário consiste no seu caráter de primeira atividade, no sentido de atividade preparatória, que prefigura e testa o perfil e objetivos de uma prioridade institucional para os próximos anos, na execução de um

programa de intercâmbio científico do Brasil com outros países da América Latina e o Caribe (Siel), e particularmente de sua dimensão docente – Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos, cuja materialização conta com o apoio decisivo do CNPq e da Capes.

A constituição e consolidação do Sistema de Intercâmbio de Especialistas Latino-Americanos (Siel) pretende desenvolver e potencializar a capacidade de intercâmbio da comunidade científico-social do Brasil com as comunidades correspondentes dos demais países da Região, organizando as demandas hoje dispersas, procurando subsidiar a consolidação de grupos ou núcleos de pesquisa comparativa de alto nível, orientadas à construção de políticas públicas sociais nos nossos Países, justas e adequadas a uma inserção positiva no mundo globalizado.

Pretende também favorecer a enorme potencialidade de pesquisa e docência regionais da FLACSO, utilizando plenamente sua implantação com sedes e programas em dez países da Região e sua articulação com as comunidades científico-sociais dos demais países. Visa ainda apoiar o fortalecimento da pesquisa comparada e do conhecimento e formação sobre a problemática latino-americana nos programas do sistema nacional de pós-graduação em ciências sociais interessados.

A consolidação do Siel é atualmente o foco central das gestões da instituição junto às agências de financiamento. Como foi apontado, absolutamente decisivo é o apoio do CNPq e da Capes ao programa, inicialmente concentrado na mencionada cátedra.

A homenagem

Outra característica especial do Seminário, derivada do que acabamos de expor, foi a de ser uma homenagem de trabalho à vida e obra de Vilmar Faria.

Membro a título individual do Conselho Superior da FLACSO – do qual foi inclusive presidente – eleito em função de sua excelência acadêmica pelos Estados Membros da Instituição, e ao mesmo tempo chefe da assessoria especial do Presidente da República Federativa do Brasil, Vilmar encarnava como ninguém o duplo caráter da Instituição: organismo intergovernamental e acadêmico.

Vilmar foi um ator decisivo, junto a muitas outras pessoas que – injusta e inevitavelmente – deixamos de mencionar aqui, na mudança na concepção, substantiva e institucional, que determinou a orientação da FLACSO no seu conjunto, de 1970 – por mais de três décadas – até hoje.

Sua contribuição fundamental foi propor e demonstrar a viabilidade, necessidade, e riqueza, da continuidade de uma sólida formação epistemológica, metodológica, e em técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa social – característica da FLACSO em que estudamos – integrada porém, ao estudo em profundidade dos clássicos da teoria social, e das contribuições teóricas contemporâneas, e explicitamente orientada à pesquisa, teórica e empírica, e à avaliação crítica e propositiva, de políticas públicas sociais, em contextos nacionais e comparada, especialmente na América Latina e Caribe.

Contribuiu à construção institucional e à produção substantiva do Cebrap, trincheira decisiva do desenvolvimento das ciências sociais e da luta pela democratização da sociedade brasileira, inclusive como presidente da Instituição.

Paralelamente, como docente e pesquisador da Unicamp, Vilmar foi o inspirador – e ator decisivo na criação e consolidação do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, materializando sua convicção de que a indignação contra a exclusão social do cientista, armada pela teoria, devia fazer-se efetiva socialmente, contribuindo à ação política através de uma compreensão mais operacional, mais instrumental, e portanto mais útil, das políticas públicas na área social.

Foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), estendendo nessa qualidade o impacto de sua concepção e ação ao conjunto da comunidade científico-social nacional.

Sua intensa, lúcida, paciente, e brilhante atuação, no âmbito do CNPq, da Capes, e do MCT, o tornaram um ator fundamental na formulação e execução da Política Pública Científica e Tecnológica no Brasil.

Durante a memorável gestão de André Franco Montoro como governador do Estado de São Paulo – 1982/1985 – coube-lhe desde a presidência da Fundap traduzir concretamente na área estratégica da formação dos quadros gestores das políticas públicas, a associação da máxima competência técnica com os princípios fundamentais que orientaram o governo Montoro: aprofundamento da democracia, impulso à participação popular, compromisso com a erradicação da miséria e da exclusão social, e prevalectimento intransigente da ética na política e gestão públicas.

A relação de Vilmar Faria com a FLACSO manteve-se permanentemente, baseada na convicção de que o *mundo globalizado*

exige de nossa Região o desenvolvimento de um conhecimento científico de largo alcance, que inclua a *comparação* e a *integração supranacional* como eixos prioritários, o que implica avançar numa melhor articulação e desenvolvimento da dimensão comparativa e regional da pesquisa e da formação em ciências sociais.

Vilmar foi um colaborador decisivo para a viabilização do primeiro Doutorado da FLACSO (FLACSO-UInB – 1988/98) – dedicado ao estudo comparado das políticas sociais na América Latina e no Caribe e à formação de docentes e pesquisadores nessa temática – e para a consolidação da FLACSO/Brasil.

Contribuiu de maneira importante, com sua esposa Regina Faria, à conquista, operacionalização e avaliação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Marcou, com suas propostas e rara capacidade de convencimento, a orientação de instituições e iniciativas voltadas para essa melhor articulação e desenvolvimento da dimensão comparativa da pesquisa e da formação em Ciências Sociais no âmbito mundial, como a Federação Internacional de Organizações em Ciências Sociais-IFSSO, e o Programa Gestão das Transformações Sociais – MOST – Unesco.

Da mesma maneira, no âmbito pan-americano, influenciou iniciativas de harmonização de políticas públicas na área social da OEA e da Opas.

Como membro – e presidente – do Conselho Superior da FLACSO (1996/2001) foi decisivo para a reorientação da atuação da Instituição diante dos desafios do novo século. No caso da FLACSO/Brasil foi o inspirador e articulador, como antes mencionamos, da nova prioridade da mesma, o Sistema de Intercâmbio de Especialistas Latino-Americanos – Siel, cuja dimensão docente, depois de seu falecimento, recebeu com inteira justiça, em sua homenagem – a melhor homenagem a um guerreiro é continuar sua luta – a denominação de Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos.

Vilmar representa o melhor de uma geração de atores sociais e políticos que conseguiu imprimir uma marca específica e sólida na cultura e na prática política do Brasil.

O melhor de uma geração que demonstrou na luta pela conquista da democracia – e provou e prova, no exercício de importantes responsabilidades executivas e legislativas, federais, estaduais e municipais, e como representantes de organizações da sociedade civil – que a luta *simultânea*, pela justiça social e pela ética na condução

dos assuntos públicos, pelo aprofundamento da democracia e pelo desenvolvimento, integração, e fortalecimento nacionais, e pela contribuição soberana do país à construção de uma Comunidade Latino-americana de Nações e a uma ordem mundial pacífica e igualmente justa, *não somente é possível, mas é viável, avança e tem futuro.*

O melhor de uma geração que procurou e procura pensar e viver a política como uma combinação virtuosa, ainda que tensa – dialética – entre, arte e ciência, paixão e razão, ideologia e conhecimento, utopia e realismo, voluntarismo e respeito à correlação de forças, conflito e cooperação, radicalismo nos princípios e moderação na construção de alianças para sua viabilização em políticas públicas.

Vilmar Faria foi, discreta e eficientemente, o principal responsável pela concepção, viabilização e avaliação das iniciativas fundamentais da política social no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Longe da imprensa, teve um papel insubstituível, exercido em centenas de reuniões informais, em que sua franqueza, perseverança, realismo, paciência, coragem, lealdade, amabilidade e delicadeza no convívio pessoal, respeito pelos interlocutores, compromisso com a democracia e com a participação e inclusão social, entre outras virtudes, permitiram superar entraves, divergências e conflitos, e gerar consensos e alternativas de ação, que viabilizaram o melhor das iniciativas e realizações *do governo e da sociedade*, de 1995 a 2001.

Seu falecimento tornou evidente, nas despedidas e na sensação de orfandade disseminada entre os mais surpreendentes setores e atores, nacionais e internacionais, o enorme vazio que deixou.

Vilmar faria teve um papel absolutamente decisivo na construção de uma Política Pública de Trabalho e Renda digna deste nome, descentralizada, com controle social assegurado por uma gestão tripartite e paritária, voltada para o combate à exclusão social, isto, somado às suas contribuições às políticas públicas de educação, de saúde, de proteção social, ao Comunidade Solidária, e outras, permite-me subscrever, e ampliar, certo de não exagerar, o que disse Glaucio Soares: *bá muita gente que sabe ler e escrever, que tem trabalho, e que está viva, porque Vilmar Faria existiu.*

O Seminário Internacional

O Seminário Internacional sobre Políticas Públicas de Trabalho e Renda na América Latina e no Caribe (com prioridade ao Mercosul) visou reunir especialistas e gestores de diferentes países, assim como

estudantes de pós-graduação, para analisar e comparar experiências nacionais de construção de PPTRs, contribuindo ao intercâmbio de enfoques e estratégias inovadoras, ao avanço nos esforços de harmonização das PPTRs nos processos de integração supranacional, e à formação de especialistas no tema. Esta contribuição se vê ampliada mediante a publicação nestes dois tomos dos textos debatidos no evento e das conclusões e recomendações alcançadas.

As atividades previstas para este evento, foram executadas no âmbito da Parceria Nacional da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE) com a Sede Acadêmica Brasil da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil), consolidada em Instrumentos de Cooperação entre o governo brasileiro – representado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SPPE), e a FLACSO/Brasil; e financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Contaram, ainda, com o apoio do Cinterfor-OIT, do MRE/DCT, da CNI/Senai, e da Cepal. Manifestamos nosso profundo reconhecimento a essas instituições e às pessoas que as representaram na viabilização da iniciativa.

Conforme estabelecido nesses instrumentos de cooperação, a iniciativa faz parte da programação acadêmica do Sistema Integrado de Pós-Graduação (SIP) da FLACSO/Brasil.

Por sua vez, como fora salientado, constituiu a primeira atividade da Cátedra Vilmar Faria de Estudos Latino-Americanos da FLACSO/Brasil, que articula a atividade docente da Instituição, integrada ao seu programa de pesquisas no Sistema de Intercâmbio de Especialistas Latino-Americanos – Siel, cujo objetivo é contribuir à análise comparativa, ao aperfeiçoamento, e à harmonização das Políticas Públicas Sociais na Região, construindo um espaço de efetivo intercâmbio acadêmico entre especialistas latino-americanos.

Além dos especialistas na matéria – acadêmicos e estudantes – envolvidos na pesquisa, formação e cooperação científica/assistência técnica sobre a PPTR e/ou harmonização de políticas públicas, no Mercosul e em outros processos de integração supranacional (UE, Comunidade Andina, Centro América, Caribe, Nafta) –, foram convidados a participar representações tripartites (governos, trabalhadores, empresários) dos países do Mercosul.

O núcleo central dos participantes da primeira etapa do seminário (ver agenda em anexo) foi composto pelos representantes dos ministérios setoriais de outros países da Região envolvidos (em geral de Relações Exteriores e do Trabalho), e das organizações de empresários e de trabalhadores, que vem trabalhando no esforço de harmonização de políticas públicas da área social no Mercosul e na UE.

No caso das representações nacionais (brasileiras), contamos com a participação de representantes de atores estratégicos na construção da PPTR no País (Codefat, CETs, STbs) do máximo possível das 27 UFs. Além desses participantes específicos, foi realizada uma ampla convocação entre autoridades governamentais, representantes de missões diplomáticas e organismos internacionais, pesquisadores e público em geral.

Da primeira etapa do seminário (ver lista oficial de participantes em anexo) participaram 175 pessoas, das quais 80 estiveram presentes em todas as sessões.

Da segunda etapa do seminário (ver agenda em anexo) participaram fundamentalmente docentes e 25 estudantes selecionados de pós-graduação (do programa de especialização – diplomado – da FLACSO/Brasil no tema Políticas Públicas de Trabalho e Renda) que após participar respectivamente como expositores e como observadores da primeira etapa do seminário, continuaram as atividades de formação completando a etapa presencial de um Seminário Acadêmico Internacional do mencionado curso de especialização (diplomado).

Essa foi outra característica especial do Seminário, que lhe outorgou um caráter de relativa originalidade: a combinação e integração de atividades de formação de pós-graduação com aquelas de reflexão de atores sociais, sobre e para, a sua ação no campo de políticas públicas específicas.

Essa é a clave que explica tanto as duas partes do evento, uma aberta ao público, outra restrita aos estudantes, como os critérios para a seleção dos expositores e dos diferentes atores convidados.

Experiências anteriores demonstraram o acerto dessa fórmula, que vai muito além da evidente melhor utilização de recursos sempre escassos.

Incrementa-se a qualidade da formação com a participação dos estudantes, com tarefas específicas e programadas e sua exposição aos debates da primeira parte– seminário internacional – além de contarem na segunda etapa – seminário acadêmico internacional – com o reforço docente de alguns dos expositores convidados para a primeira etapa. Por outro

lado, os debates do seminário internacional foram enriquecidos com a participação dos estudantes, que são também atores da construção da PPTR.

As temáticas prioritárias abordadas pelo Seminário Internacional foram:

- processos de integração supranacional e harmonização de políticas públicas de trabalho e geração de renda (especialmente no Mercosul);
- mecanismos de crédito, intermediação de mão de obra, e qualificação profissional em diferentes países da América Latina e o Caribe (especialmente do Mercosul);
- integração dos diversos mecanismos da PPTR;
- gestão colegiada da PPTR: interfaces e articulação entre atores estratégicos.

O conteúdo deste livro

Este livro, em seus dois tomos, organiza a produção apresentada e discutida, ao longo dos seis dias e das duas etapas do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas de Trabalho e Renda na América Latina e no Caribe, pelos especialistas e comentaristas convidados junto aos participantes e docentes-pesquisadores da FLACSO/Brasil. Estrutura-se em cinco partes e dois volumes.

O primeiro volume, intitulado “Processos de integração supranacional e harmonização de políticas públicas”, reúne os textos das intervenções iniciais do Ministro Interino de Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Osmar Chohfi, do Dr. Guillermo Campero, assessor especial da Presidência da República do Chile em representação das autoridades visitantes, do Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, Professor Nassim Mehedff, do diretor do Cinterfor-OIT, Dr. Pedro Daniel Weimberg, e as quatro primeiras partes do livro. Cabe assinalar que a intervenção do Prof. Mehedff representa também uma contribuição à discussão do tema específico da formação profissional. As palavras de abertura do Diretor da FLACSO/Brasil foram integradas a esta introdução.

Inclui, também, as contribuições de professores e convidados a respeito das diferentes dimensões envolvidas nos processos de integração supranacional. Assim, reúne as exposições e trabalhos de Renato Baumann, sobre articulação de políticas públicas sociais e políticas econômicas nos processos de integração supranacional; de Guy de Almeida, sobre as potencialidades e limites dos processos de

integração supranacional desde uma perspectiva política (com ênfase no Mercosul); de Silvia Yannoulas, sobre integração supranacional, mulheres e mercado de trabalho; de Juarez Brandão Lopes, sobre globalização, mercados de trabalho urbanos e rurais e políticas públicas; de Arturo León B. e Ernesto Espíndola, sobre o impacto do mercado de trabalho sobre a pobreza no caso específico do Chile; e de Carmen Mehedff sobre alternativas possíveis para a articulação de políticas públicas, com ênfase nas políticas públicas de trabalho e de assistência social no Brasil.

A segunda parte trata, especificamente, da problemática da formação profissional no contexto dos processos de integração regional na América Latina. Intitulada "Formação Profissional e Integração Regional", apresenta as contribuições de dois especialistas: Fernando Casanova, que faz uma reflexão sobre a formação profissional, produtividade e trabalho docente, à luz das atuais propostas da OIT; e Luiz Antônio Cunha, cuja exposição compara a história e estado atual da educação profissional na América Latina a partir da análise dos casos de Brasil, Argentina e Chile. Acompanha esses textos, o debate suscitado pelos mesmos no Seminário.

A terceira parte do primeiro volume refere-se às reflexões de especialistas convidados sobre três processos de integração supranacional em curso, desenvolvidas numa mesa-redonda que focou a questão da harmonização das políticas públicas de trabalho renda, e permitiu desenvolver um primeiro olhar comparativo sobre essas políticas em um contexto de integração supranacional. Assim, essa parte inclui, sob o título "A harmonização das políticas públicas de trabalho nas experiências de integração supranacional em curso: UE, TLCAN(Nafta) e Mercosul", as exposições de Maria Carmen Ferreira sobre as potencialidades e limites dos processo de integração regional no Mercosul e a harmonização das políticas sociais; de Javier Ferrer Dufol, sobre a coordenação das políticas públicas de trabalho na União Européia; de Graciela Bensusán, sobre o processo de negociação e implementação do TCLAN(Nafta) e a posição dos sindicatos, e de Norma Samaniego que, à luz da experiência do TCLAN(Nafta), analisa a dimensão laboral nos três processos. Os debates gerados a partir dessa mesa-redonda completam a terceira parte da obra.

A quarta e última parte do primeiro volume, "Estudos comparados e integração supranacional", apresenta dois trabalhos que introduzem

a reflexão sobre a pertinência e relevância dos estudos comparados aplicados à análise dos processos de integração supranacional. No primeiro, Graciela Bensusán e Landy Sanchez apresentam um estudo comparativo sobre como a dimensão laboral foi integrada no TLCAN (Nafta) e no Mercosul. No segundo, Marcela Pronko faz uma reflexão de corte teórico sobre os usos da comparação como ferramenta de conhecimento nas Ciências Sociais e sua possível contribuição aos processos de integração.

O segundo volume, intitulado “A harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul segundo a perspectiva dos atores: governos, trabalhadores e empresários” reúne a quinta e última parte do livro e os anexos, que fornecem documentos e informações complementares aos leitores interessados.

A quinta parte, homônima do volume, organiza as exposições, comentários e debates de três mesas-redondas organizadas sob uma lógica setorial. Centrada na problemática da harmonização das políticas públicas de trabalho e renda no Mercosul, cada uma delas priorizou a perspectiva de um dos atores da representação tripartite que envolve a negociação laboral, e contou com expositores convidados que deflagraram o debate, e comentaristas representantes dos diversos países do Mercosul. Assim, a mesa dedicada aos governos contou com a exposição de Guillermo Campero (Chile) e Eduardo Saboia (Brasil) e com o comentário de Pedro Galin (Argentina). A mesa dedicada aos trabalhadores teve Julio Godio (Argentina), como expositor, e Pedro Parra (Paraguai), Oscar Nieva (Argentina), Álvaro Padrón e Eduardo Pereyra (Uruguai), Carmen Lúcia Evangelho Lopes, Luiz Antônio Souza da Silva e Valdir Vicente de Barros (Brasil), como comentaristas. Por último, a mesa dedicada aos empresários incluiu a exposição de Simone Saisse Lopes (Brasil) e os comentários de Enrique Mantilla (Argentina), Miguel Oliveros (Uruguai) e José Sanchez Herrero (Paraguai).

Por fim, os seis anexos complementam o livro com documentação e informações adicionais. Os três primeiros oferecem documentos básicos do Mercosul: a Declaração Sociolaboral, o regulamento da Comissão Sociolaboral e a Declaração de Ushuaia. Os anexos 4 e 5 fornecem informações sobre o desenvolvimento do Seminário Internacional: a agenda realizada do evento e a lista completa de seus participantes. O anexo 6 inclui uma lista de siglas e abreviaturas utilizadas nos dois volumes da publicação.

As exposições foram realizadas e os textos são publicados no seu idioma original, ora em português ora em castelhano. Esta é uma opção consciente, baseada na convicção de que nossa exposição continuada aos dois idiomas é uma contribuição adicional aos processos de integração supranacional objeto de nossa publicação.